



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001936-89.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **I. BERNARDO FERRAMENTARIA LTDA - EPP e outro**
 Embargado: **Itaú Unibanco S/A**

Justiça Gratuita

Vistos.

I BERNARDO FERRAMENTARIA LTDA. EPP. e IGNEZ BERNARDO opuseram embargos à execução que lhes move BANCO ITAÚ UNIBANCO S. A., alegando, em resumo, que no decorrer da relação contratual foram efetuadas inúmeras operações para liquidação de saldos devedores, os quais resultaram da ilegal capitalização diária de juros, necessário rever toda a relação para expurgar esses excessos.

O embargado refutou tais argumentos, asseverando a legalidade da execução, fundada em cédula de crédito bancário, e dos encargos cobrados.

Os embargantes não se manifestaram a respeito, embora intimados.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Cuida-se de cédula de crédito bancário, reproduzida a fls. 101/107, emitida em 22 de junho de 2009, para garantia de capital de giro garantido por duplicata, do valor de R\$ 400.000,00, com previsão de juros de 1,97%, correspondendo à taxa anual de 26,38%, com capitalização em periodicidade mensal. **Não há variação na taxa.**

Não há qualquer indício de defeito na manifestação de vontade.

Admite-se a execução, consoante dispõe o art. 28 da Lei 10.931/2004:

“Art. 28. A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente, elaborados conforme previsto no § 2º.”

Conforme a Súmula 14 do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: **A**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

cédula de crédito bancário regida pela Lei nº 10.931/04 é título executivo extrajudicial.

A circunstância de tal lei regular matérias diversas, sejam quais forem, não acarreta sua inconstitucionalidade, inclusive porque o próprio art. 18 da lei complementar nº 95/98 esclarece que a inexistência formal da norma não autoriza seu descumprimento. O que se discute nos embargos não é a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional, mas apenas questão específica a respeito de um título de crédito criado por lei ordinária, como a ela era dado fazer.

Contrato bancário - Cédula de crédito bancário - Liquidez e exigibilidade reconhecidas - Inconstitucionalidade da Lei 10.931/04 não verificada - Extinção da execução afastada - Comissão de permanência - Encargo devido - Legitimidade reconhecida - Cumulação que não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - Análise que deve ser feita quando da apresentação do cálculo final do débito - Recurso improvido (Apelação nº 9230021-41.2008.8.26.0000/ São Paulo, Rel. Des. Miguel Petroni Neto).

EXECUÇÃO. Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo - Capital de Giro. Indeferimento da inicial, nos termos do artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Irrazoabilidade. Constitucionalidade da Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004. Configuração como título executivo por expressa definição legal e que tem prazo certo para seu resgate (Art. 26 e seguintes daquele diploma). Distinção entre esta cártula e o contrato de abertura de crédito em conta corrente. Inaplicabilidade da Súmula 233 do E. STJ. Sentença anulada para prosseguir a execução na origem, como de direito. RECURSO PROVIDO (Apelação 0067531-15.2009.8.26.0576/ São José do Rio Preto, Rel. Des. Jurandir de Sousa Oliveira).

A necessidade de realização de cálculos aritméticos para conhecimento do montante da dívida não infirma a natureza executória do título, consoante a pacífica jurisprudência, inclusive do STJ (v. AgRg no REsp 599609/SP, rel. p/acórdão Min. João Otávio de Noronha, j. em 15-12-2009, DJe de 8-3-2010).

A cédula prevê expressamente a capitalização mensal de juros.

Para a cobrança da capitalização mensal dos juros, faz-se necessária a presença, cumulativa, dos seguintes requisitos: (a) legislação específica possibilitando a pactuação, como nos contratos bancários posteriores a 31/3/2000 (MP nº 1.963-17/2000, reeditada pela MP nº 2.170-36/2001), em vigência em face do art. 2º da Emenda Constitucional nº 32/2001 (AgRg no REsp nº 1052298/MS, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, 4ª Turma, DJe 1/3/2010); e (b) expressa previsão contratual quanto à periodicidade, hipótese não verificada no caso concreto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Também é fato que o Superior Tribunal de Justiça já dirimiuiu a tese, para os efeitos do art. 543-C do CPC, estabelecendo que:

"É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada" (RECURSO ESPECIAL Nº 973.827 - RS (2007/0179072-3)).

Em Cédula de Crédito Bancário admite-se a capitalização de juros, consistente no cálculo de juros sobre os juros já adicionados ao capital, em período inferior a um ano, prevista no artigo 28, § 1º, da Lei 10.931/2004, nos seguintes termos: "§ 1º Na Cédula de Crédito Bancário poderão ser pactuados: I - os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação". Nesse sentido: TJSP, Apelação 0011005-24.2010.8.26.0566, Rel. Des. Melo Colombi, j. 23.02.2011.

"§ 1º Na Cédula de Crédito Bancário poderão ser pactuados: I - os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação".

Não há evidência alguma, nem mesmo indício, de abusividade na taxa de juros contratada, compatível com o mercado (1,87% ao mês – fls. 36 e 1,51% - fls .41).

A norma do § 3º do artigo 192 da Constituição Federal, revogada pela EC 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar (STF, Súmula nº 648).

As disposições do Decreto nº 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional. (STF, Súmula 596).

O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento assente no sentido de que, com a edição da Lei nº 4.595/64, não se aplicam as limitações fixadas pelo Decreto 22.626/33, quanto à taxa de juros remuneratórios em 12% ao ano, aos contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, ut súmula 596/STF, salvo nas hipóteses previstas em legislação específica. Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes: Resp 436.191/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho, in DJ 24.03.2003; Resp 436.214/RS, Rel. Min. Barros Monteiro, in DJ 18.12.2002 e Resp 324.813/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, in DJ 25.03.2002.

Não se exige, no caso, autorização do Conselho Monetário Nacional, para cobrança de juros superiores a 12% ao ano.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Os embargantes alegaram a existência de outros contratos e que a cédula foi emitida para consolidar saldos devedores decorrentes de outras operações financeiras. Não demonstraram que operações seriam essas, muito menos a inexistência da concessão do crédito correspondente à própria cédula.

Descabe utilizar os embargos para discutir toda a contratualidade, sob pena de transformar os embargos em ação revisional de outros negócios jurídicos. Portanto, sem proveito o parecer técnico analisando outras operações e também a movimentação ordinária da conta.

Não há, de modo algum, desconhecimento da tese jurídica que admite a discussão, nos embargos, das operações financeiras. Sucede que, **no caso concreto**, não há vinculação entre a cédula de crédito bancário e operações anteriores ou subsequentes.

EMBARGOS À EXECUÇÃO. Cédula de crédito bancário (empréstimo de valor fixo). **Inadmissibilidade, em embargos do devedor, da análise de toda relação negocial havida entre as partes.** Caracterização da cédula como título executivo extrajudicial, nos termos dos artigos 28, da Lei n. 10.931/04, e 585, VII, do Código de Processo Civil. Eficácia executiva que decorre de expressa disposição legal. Emprego da comissão de permanência não pactuado validamente na cédula, por isso que, no período de anormalidade contratual, deverá ser aplicada a taxa média de mercado divulgada pelo BACEN para as operações da espécie. Sentença de improcedência parcialmente reformada. Embargos do devedor acolhidos em parte. Recurso parcialmente provido (TJSP, APELAÇÃO N. 0001958-21.2013.8.26.0566, Rel. Des. João Camillo de Almeida Prado Costa, J. 13.10.2004, sem grifo no original).

Enfim, os embargos não se prestam à revisão de contratos anteriores. Daí também a inoportunidade do requerimento de intimação do embargado para exhibir cópia de todos os contratos e extratos faltantes, desde a abertura da conta corrente (fls. 3). E não conflita com a Súmula 286 do STJ, desde que os embargantes promovam a cabível ação revisional.

Conforme o entendimento sumulado: Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado (STJ, Súmula 296).

Conforme os contratos firmados (fls. 104/105), previu-se para a hipótese de inadimplência, a incidência de comissão de permanência calculada à taxa de mercado, juros moratórios de 12% ao ano e multa de 2%.

Existe cláusula expressa faculta a substituição da comissão de permanência por correção monetária pela variação do IGP-M (fls. 104, item 10). **Essa substituição é mais vantajosa para o devedor**, de modo que a escolha a cargo do credor nenhum prejuízo acarreta.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Observa-se pela planilha de cálculo de fls. 115 que o credor apurou os juros remuneratórios à taxa contratada e correção monetária pela variação do IGP-M, **não incidindo comissão de permanência.**

Também não há demonstração de qualquer ilegalidade na cobrança de multa moratória, limitada a 2%.

Diante do exposto, **rejeito os embargos.**

Ressalto não incidir comissão de permanência.

Condeno os embargantes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono do embargado, fixados por equidade em 10% do valor da causa (fls. 57), corrigido monetariamente desde a data do ajuizamento. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 09 de fevereiro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**